

Para uma analítica da dominação racial¹

For an analytic of racial domination

Loïc Wacquant 

Maior titulação acadêmica

University of California - Berkeley

Centre de sociologie européenne du Collège de France

Resumo²

Partindo de uma análise de Histórias Raciais e seus Regimes de Verdade, de Ann Laura Stoler, neste artigo, Wacquant discorre sobre os desafios centrais do que ele chama de sociologia contemporânea da raça e identifica três principais problemas nas investigações sobre racismo. Primeiramente, critica a fusão entre noções populares e analíticas de “raça”, que, segundo ele, compromete a clareza conceitual e dificulta a realização de análises rigorosas. Em segundo lugar, questiona a persistente busca pelas “origens”, que direciona os esforços investigativos à identificação de vítimas e culpados, em vez de mecanismos estruturais. Por último, argumenta que é necessário transcender o discurso racista para analisar práticas e instituições racializadas e suas articulações em regimes de dominação racial. A proposta central é abandonar o uso da categoria “racismo” como conceito analítico, submetendo-o a uma função descritiva voltada para questões empiricamente verificáveis. Em seu lugar, defende-se o desenvolvimento de uma análise das formas elementares de dominação racial: categorização, segregação, discriminação, guetização e violência. Para uma argumentação mais completa dessa posição, veja L. Wacquant, *Racial Domination* (Polity Press, 2024).

Palavras-chave: Dominação Racial; Sociologia da raça; Raça; Racismo.

Abstract

Based on an analysis of Racial Histories and their Regimes of Truth by Ann Laura Stoler, in this article, Wacquant discusses the central challenges of what he calls contemporary sociology of race and identifies three main problems in research on racism. First, he criticizes the fusion between popular and analytical notions of

¹Originalmente publicado em Political Power and Social Theory, vol. 11, 1997 (Simpósio com Ann Laura Stoler, Patricia Dominguez, Uday Mehta e David Roediger).

² Resumo escrito por Fabio Monteiro de Moraes (UFPE), revisado e aprovado por Loïc Wacquant.



doi: 10.28998/lte.

Artigo licenciado sob a [Licença Creative Commons 4.0](#)

Submetido em: 26/12/2024

Aceito em: 07/05/2025

Publicado: 20/10/2025

*“race,” which, according to him, compromises conceptual clarity and hinders the conduct of rigorous analyses. Secondly, he questions the persistent search for “origins,” which directs investigative efforts toward identifying victims and perpetrators, rather than structural mechanisms. Finally, he argues that it is necessary to move beyond racist discourse to analyze racialized practices and institutions and their connections within regimes of racial domination. The central proposal is to abandon the use of the category “racism” as an analytical concept, subjecting it instead to a descriptive function aimed at empirically verifiable issues. In its place, the development of an analysis of the elementary forms of racial domination is advocated: Categorization, segregation, discrimination, ghettoization, and violence. For a more complete argumentation of this position, see L. Wacquant, *Racial Domination* (Polity Press, 2024).*

Keywords: Racial Domination; Sociology of Race; Race; Racism.

Introdução

Objetivação e subjetivação não são independentes uma da outra; é de seu desenvolvimento mútuo e laços recíprocos que nascem o que poderíamos chamar de “jogos da verdade”, isto é, a descoberta não de coisas verdadeiras, mas das regras pelas quais que o que um sujeito pode dizer sobre certas coisas pertence às questões da verdade e da falsidade – Michel Foucault.

A linguagem coloca as mesmas armadilhas para todos; é uma imensa rede de curvas erradas de fácil acesso – Ludwig Wittgenstein.

Em “Histórias Raciais e seus Regimes de Verdade” (*Racial Histories and their Regimes of Truth*), Ann Laura Stoler levanta, direta ou indiretamente, muitas das questões centrais que simultaneamente ocupam e obstruem o estudo desses fenômenos elusivos, controversos, mas aparentemente onipresentes, que passamos a incluir na categoria de “raça” e seus derivados. Neste comentário, que não pode fazer justiça total à amplitude e à sutileza de seu argumento, concentro-me em três problemas que ela aponta (ou ilustra) em sua tentativa de delinear “uma metahistória do discurso racial”. Eu ofereço um diagnóstico diferente para os dilemas da sociologia contemporânea da “raça”³ e, em seguida, esboço uma abordagem

³Eu uso a sociologia no sentido genérico (durkheimiano) de investigação social disciplinada, subsumindo por conveniência a antropologia, a história e a sociologia *stricto sensu*. Coloco “raça” entre aspas para sinalizar que não concedo *status analítico* ao termo. Um “tropo de diferença final e irredutível” (Henry Louis Gates, Jr., “Race’ As the Trope of the World,” in “Race,” Writing, and Difference, Chicago, The University of Chicago Press, 1993, pp. 4-13) não pode e não deve ser uma ferramenta conceitual, apenas um objeto a ser construído. Não se trata de preciosidade estilística,

alternativa para resolver a “ambiguidade padronizada que permeia nossas narrativas históricas [de] racismo” (p. 11).

Primeiro, argumento que muitas das características problemáticas das investigações sócio-históricas dos “racismos” que ela identifica podem ser atribuídas à troca contínua entre noções populares e analíticas, à fusão descontrolada de entendimentos sociais e sociológicos de “raça”. Em segundo lugar, proponho que a persistente “busca pelas origens” trai o domínio tenaz da lógica do julgamento, que impele os investigadores a procurarem vítimas e culpados em vez de identificarem mecanismos. Em terceiro lugar, afirmo que, por mais que tenhamos a ganhar com o tipo de reflexividade conceitual que Stoler defende, não devemos nos deixar enredar nas voltas e reviravoltas do discurso racista⁴: devemos ir além do discurso para elucidar as variadas formas assumidas pelas práticas e instituições raciais(lizadas), bem como as formas concretas de como elas se interligam para formar regimes específicos de dominação racial. O que implica abandonar de uma vez por todas a categoria inflamatória e excessivamente flexível de “racismo”, exceto como um termo descritivo que se refere a doutrinas e crenças empiricamente analisáveis sobre “raça”.

Por último, e consequentemente, em vez de uma nova retórica do (e sobre) discurso racial, meta ou não, sugiro que precisamos desenvolver uma análise da dominação racial, isto é, um aparato conceitual capaz de nos ajudar a diferenciar, desarticular e remontar as diversas formas que as relações de subordinação racial assumem em diferentes tempos e lugares. E se quisermos seguir as dicas de Foucault para fazer isso, devemos nos voltar não para o Foucault inicial de A Arqueologia do Saber (*The Archeology of Knowledge*), mas para o Foucault posterior de Vigiar e Punir (*Discipline and Punish*) e O Cuidado de Si (*The Care of Self*). Não é a sua teoria do discurso e até mesmo o “biopoder”, mas as suas noções de disciplina e tecnologia do eu que prometem ser úteis nessa tarefa. Não a

mas de salubridade epistemológica (lembre-se da fórmula de Bachelard: “A ciência é um par de aspas”). As referências de página ao artigo de Ann Laura Stoler são indicadas entre parênteses no texto.

⁴Esse gibão duvidoso (Qual elemento o autor pretendia e qual o leitor entende?) é indicativo da ambiguidade embutida que discuto abaixo sob a rubrica do “problema da demarcação” e da “lógica do julgamento”.

episteme, mas a governamentalidade (*not épistémè, but gouvernementalité*) deve ser a nossa bússola conceitual orientadora.

O problema da demarcação

Ann Laura Stoler abre seu exame da epistemologia de trabalho dos estudos raciais perguntando: “Com base em que consideramos alguns relatos mais confiáveis e sensatos do que outros?” (pág. 3). A resposta rápida e suja é: confiando no senso comum étnico-racial que compartilhamos com outros membros da sociedade – a “grande sociedade” de nosso estado-nação e a “pequena sociedade” dos estudiosos, para lembrar uma diáde cara a Tocqueville. Pois, com poucas exceções, os estudantes de “raça” aceitaram pré-construções leigas do fenômeno. Eles se contentaram em abordar a “raça” da maneira como ela foi constituída como um “problema social” na própria realidade. Pior ainda: eles assumiram como ferramentas de análise os produtos reificados das lutas étnico-raciais do passado. Em suma, eles falharam em estabelecer uma demarcação clara entre os entendimentos folclóricos e analíticos de “raça”.

Agora, essa confusão é intrínseca à categoria. Desde o início, a ficção coletiva rotulou de “raça”, ou seja, que a humanidade é composta de agrupamentos limitados entre os quais as diferenças sociais são o produto de diferenças físicas (visíveis ou não) e, portanto, passíveis de serem explicados por referência (aberta ou encoberta) à biologia e não à história, essa ficção sempre misturou ciência com bom senso e negociou com a cumplicidade entre eles.⁵ Quando em 1758 Carolus Linnaeus formalizou a distinção entre as quatro “raças” canônicas dos quatro continentes (América, Europa, Ásia e África), com base nos quatro elementos naturais (ar, terra, fogo e água) e correspondendo aos quatro cantos do mundo (norte, sul, leste e oeste), bem como aos quatro humores do corpo (sangue, catarro, bile amarela e bile negra), ele estava codificando uma extensa gama de percepções pré-modernas comuns e participando de uma revolução científica que, pela

⁵Troy Duster coloca sucintamente da seguinte forma: “O problema central é que ‘raça’ é agora, e tem sido desde 1735, uma construção de primeira ordem e uma construção de segunda ordem” (“*The Prism of Heritability and the Sociology of Knowledge*”, in Laura Nader (ed.), Naked Science, New York, Routledge, 1996, pp. 119-130).

primeira vez, colocava a questão de como encaixar a diversidade humana e a hierarquia.⁶ A ascensão da ciência, eventualmente suplantando a Igreja como um poder simbólico supremo, não eliminou as noções populares; retraduziu-as e retrabalhou-as dentro de um novo quadro discursivo.⁷ Esse comércio duvidoso continuou ininterrupto desde então, de modo que inúmeras concepções pré-sociológicas de “raça” sobrevivem, de fato prosperam, no pensamento leigo e científico contemporâneo.

O resultado desse tráfego contínuo entre conceitos populares e analíticos é que a história da dominação racial está inscrita no inconsciente científico de nossas disciplinas e atua como um poderoso mecanismo de censura sobre todos os pesquisadores – incluindo aqueles que não estudam ostensivamente “raça”.⁸ Isso é visível nas categorias que usamos, a saber, a diferenciação científicamente inepta, mas socialmente poderosa, entre “raça” e “etnia”; em como organizamos nossas investigações por referência aos grupos conforme aparecem nas taxonomias oficiais do estado; e na estrutura de cada campo científico social nacional, em que “raça” é alternadamente dissolvida sob outra rubrica, juntamente com questões pertinentes, ou separada para exame especial. Compare, por meio de experimentação mental, a existência centenária nos Estados Unidos de um subcampo separado de “relações raciais” cuidadosamente isolado da sociologia política e da análise de classe e, mais recentemente, a proliferação de domínios de investigação de base étnica (afro-americanos, asiático-americanos, latinos etc.), com as tradições do “folclore” na África do Sul, estudos “comunitários” na Grã-Bretanha e “imigração” na França.⁹ Como poderia o conceito de “raça” não ser

⁶Ver em particular Londa Schiebinger, *Nature's Body: Gender in the Making of Modern Science* (Boston, Beacon Press, 1993), capítulo 4, “The Anatomy of Difference”; e Michael Banton, *Racial Theories* (Cambridge, Cambridge University Press, 1989), capítulo 1.

⁷A classificação dos humanos surgiu no século XVIII, a “grande era da classificação”, como parte integrante de um empreendimento mais amplo de taxonomia, tornado possível e necessário pelo vazio criado pelo descrédito da cosmovisão teológica. Aqui devo ficar do lado de Michael Adas contra Stoler (p. 37): a ciência marca um divisor de águas na história da divisão étnico-racial.

⁸Isso explica porque a sociologia americana da “raça” foi incapaz de antecipar a revolta negra contra a ordem racial da América nas décadas de 1950 e 60: isso não foi apenas uma falha empírica ou conceitual – além de moral e política – como argumentado por James McKee (*Sociology and the Race Problem: The Failure of a Perspective*, Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1993), mas o resultado de uma ataxia epistêmica mais séria.

⁹O fato de pesquisadores de diferentes países lerem os mesmos fenômenos através do prisma de diferentes doxas sociais explica que há tão pouca circulação de estudos sobre “raça” além das

poroso quando contém e transmite todas as ambiguidades, instabilidades e contradições das taxonomias populares e das múltiplas (e muitas vezes, não contadas) histórias de lutas de classificação?

Os cientistas sociais não apenas aceitaram um objeto pré-construído; eles também elevaram uma pré-construção nacional particular de “raça”, que evoluiu pelos Estados Unidos no século XX, como o parâmetro básico para medir todos os casos de subordinação e desigualdade étnico-racial. Goste ou não, a sociologia da “raça” em todo o mundo é dominada pela bolsa de estudos dos EUA. E uma vez que a própria bolsa de estudos dos EUA está impregnada de concepções folclóricas americanas de “raça”, o esquema peculiar de divisão racial desenvolvido por um país durante um pequeno segmento de sua curta história, um esquema incomum por seu grau de arbitrariedade, rigidez e consequência social, foi virtualmente universalizado como o modelo através do qual as análises de “raça” em todos os países e épocas devem ser conduzidas.¹⁰

fronteiras nacionais, apesar de algum progresso na última década (Loïc J.D. Wacquant, “*Towards a Denationalized Sociology of ‘Racism’ in the Advanced Societies*,” plenary session on “*Racism and the Transformation of Advanced Societies: Lessons from Western Europe*,” Annual meetings of the American Sociological Association, Pittsburgh, August 1992).

¹⁰A peculiaridade da classificação racial americana é destacada por F. James Davis, Who Is Black? One Nation's Rule (University Park, Pennsylvania State Press, 1991), e suas raízes históricas contadas por Joel Williamson em The New People: Miscegenation and Mulattoes in the United States (New York, New York University Press, 1980); conforme também Patricia Dominguez, White by Definition (New Brunswick, Rutgers University Press, 1991) e Ian Haney López, White By Law (New York, New York University Press, 1996). Para evidências do domínio internacional das concepções norte-americanas, consulte, por exemplo, a revista brasileira Estudos Afro-Asiáticos publicada pelo Conjunto Cândido Mendes, no Rio de Janeiro (que é, apesar disso, o fórum mais vivo e abrangente sobre “raça” em qualquer lugar). Existem polos de resistência de longa data e resilientes à hegemonia americana na Europa, mas eles ainda devem se definir defensivamente, por oposição às concepções derivadas dos EUA (por exemplo, Robert Miles, Racism After “Race Relations”. London: Routledge, 1993). A recente “descoberta” da “globalização da raça” (por exemplo, Howard Winant, “*Racial Formation and Hegemony: Global and Local Developments*,” in Ali Rattansi and Sallie Westwood, eds., Racism, Identity, Ethnicity, Oxford, Basil Blackwell, 1994) é, em boa medida, o resultado da quase universalização dos entendimentos americanos (populares) da divisão racial efetuada pela exportação mundial de categorias acadêmicas dos EUA. A Edição do Verão de 1996 dos Dissidentes em “*Embattled Minorities Around the Globe: Rights, Hopes, Threats*” oferece uma boa ilustração dessa imposição imperialista operando sob o disfarce de argumentação transnacional. Ele projeta em toda a humanidade o senso comum liberal dos EUA (e a culpa liberal dos EUA ou boa consciência) junto com a categoria de “minoria”, que pressupõe precisamente o que está sendo contestado na realidade social: que subgrupos definidos “culturalmente” ou “etnicamente” dentro de um determinado estado-nação têm ou deveriam ter direito a alguma medida de reconhecimento cívico e político.

Como resultado, “histórias de racismo que narram uma mudança do fixo e biológico para o cultural e fluido” não apenas “impõem uma progressão” que descaracteriza os racismos do passado (p. 41). Eles também eliminam as variações transculturais nos fundamentos socioímbólicos e na lógica da dominação racial. A ideia de que “raça” é uma questão de “fisiologia apenas” indica a hegemonia das noções folclóricas dos EUA baseadas em uma preocupação obsessiva com a descendência e a mistura de sangue (em vez de “cor”: pessoas com alguma ascendência africana são socialmente categorizadas como “Negras” nos Estados Unidos, mesmo quando têm pele clara e as chamadas características causasianas). Em um artigo germinal, mas quase esquecido, publicado há trinta anos, Charles Wagley mostrou que “raça social nas Américas” admite várias definições que atribuem pesos diferenciais à ancestralidade, aparência física (não limitada ao tom de pele) e *status* sociocultural (abrangendo ocupação, renda, educação, pertencimento à comunidade, vestimenta, maneiras e autoidentificação), dependendo da trajetória da herança do grupo, incorporação e conflito.¹¹ Somente nos Estados Unidos, a “raça” é definida apenas com base na descendência e, em seguida, estritamente apenas no caso dos afro-americanos.

Não devemos subestimar o poder do bom senso de se insinuar na análise mais sofisticada e autoconsciente da “raça”. A prova é que até mesmo Stoler apela sub-repticiamente aos nossos entendimentos comuns de “racismo” quando dá como exemplo da “mobilidade tática” dos discursos raciais à ascensão de LePen na cena política francesa (p. 33). O que há exatamente na propaganda da Frente Nacional (*National Front*) que a qualifica como “racista”, distinta de xenófoba e populista, dado que a adesão ao pacto nacional francês foi definida pela filiação política e não pela descendência por dois séculos? Não nos é dito. Principalmente, é claro, porque nos levaria muito longe do argumento principal do jornal, mas observe como a lacuna é preenchida de forma suave e silenciosa pelo leitor: “Todo mundo sabe que

¹¹Charles Wagley, “On the Concept of Social Race in the Americas,” in Dwight B. Heath and Richard N. Adams (eds.), *Contemporary Cultures and Societies in Latin America*, New York, Random House, 1965, pp. 531-545.

LePen é racista”.¹² A aquiescência doxica, não a explicação analítica, é a base da concordância.

O fato de que “os discursos raciais contenham tanto saberes ‘eruditos’ quanto ‘subjugados’” (p. 24), e isso desde suas origens, não dita que o arsenal conceitual do sociólogo da divisão racial admita e perpetue tal promiscuidade. “Raça” não pode ser objeto e ferramenta de análise, *explanandum* e *explanans*. Aqui é urgente reafirmar a primeira regra do método sociológico de Durkheim – a necessidade de romper com as prenóçoes – e desafiar o uso irrefletido de “raça” como um princípio explicativo quando é apoiado por pouco mais do que o senso comum nacional.¹³

A lógica do julgamento

Por contrabandear as suas categorias e problemas básicos da experiência cotidiana, a sociologia da “raça” está atolada no que chamo de lógica do julgamento: a vontade de condenar ou exonerar esta ou aquela sociedade, instituição ou grupo, pelo terrível pecado do “racismo”. Também a esse respeito, as histórias de racismo participam do mesmo “regime de verdade” como seu objeto, não obstante (ou por causa) das nobres intenções de seus autores: elas implicam a construção de uma escala moral ao longo da qual diferentes categorias humanas podem ser ordenadas e através da qual a responsabilidade é atribuída em última instância. Se tantos relatos de divisão racial assumem a forma de “narrativas do ‘pecado original’”, como Stoler sugere, é porque obedecem a essa lógica, que serve, principalmente,

¹²Acontece que, no momento em que escrevo estas linhas, mais uma controvérsia pública eclodiu na França depois que LePen declarou que “acredita na desigualdade entre as raças”. Observo isso para enfatizar que a questão aqui não é se LePen é racista, seja qual for a definição que se escolha. É que todo leitor moderadamente cosmopolita do artigo de Stoler terá fornecido o elo perdido entre seu argumento e exemplo, mesmo sem perceber.

¹³“Se os cientistas sociais continuarem a usar o termo ‘raça’... porque as pessoas agem como se ‘raça’ existisse, então elas são culpadas de conferir *status analítico* ao que nada mais é do que uma construção ideológica” (Annie Phizacklea, “A Sociology of Migration or ‘Race Relations?’ A View from Britain,” *Current Sociology* 32-3, pp. 199-218, citation p. 200). Michael Banton, entre outros, têm argumentado vigorosamente a favor da concessão de *status analítico* ao conceito de “raça” (“Analytical and Folk Concepts of Race and Ethnicity,” *Ethnic and Racial Studies*, 2-2, April 1979, pp. 127-138) com base no fato de que (i) por mais que tentem, os sociólogos simplesmente não conseguem se desvencilhar disso; e (ii) os conceitos das ciências sociais devem ser contínuos com os de senso comum. Na minha opinião, isso equivale a se render antes de travar a batalha e interpretar mal o imperativo de Verstehen.

para reafirmar a bondade do investigador (e dos leitores).¹⁴ A investigação histórica é, portanto, atrelada a uma empresa coletiva de expiação intelectual, por meio da qual a mancha da subjugação racial é simbolicamente limpa do corpo acadêmico. O problema é que essa expiação faz pouco para nos ajudar a nos aproximar do fenômeno em questão e penetrar em sua composição, muito pelo contrário.

Considere, por exemplo, como o peso da pesquisa recente sobre desigualdade racial no Brasil – grande parte dela realizada por americanos e por latino-americanos treinados nos Estados Unidos – visa demonstrar que, ao contrário de sua autocompreensão nacional, a terra das “três raças tristes” é realmente uma sociedade “racista” e que os brasileiros “brancos” são tão preconceituosos quanto os americanos brancos (e talvez mais, o racismo mascarado sendo mais tortuoso do que a discriminação aberta e a segregação rígida). Em vez de sondar a constituição da ordem racial local em seus próprios termos, o mito brasileiro da “democracia racial” é substituído e atacado pelo reconfortante mito pan-racialista, segundo o qual todas as sociedades são “racistas”, incluindo aquelas em que as “relações raciais” parecem, à primeira vista, menos distantes e hostis. “Histórias achatadas de racismos” (p. 6), portanto, encontram sua contrapartida em comparações achatadas que derrotam seu próprio propósito, na medida em que colapsam as diferentes dimensões e modalidades de dominação racial em uma grade de julgamento unidimensional, obscurecendo diferenças cruciais nas bases, formas e implicações da divisão racial.¹⁵

¹⁴Daí a figura retórica compulsória de proclamação do aborrecimento do racismo: quase todos os livros sobre o tema contêm uma passagem na qual a autora afirma ritualmente seu desejo de combatê-lo e suas consequências nocivas – como se expressões de boa vontade e certificados de valor moral tivessem algo a ver com percepção empírica e rigor teórico. O artigo de Stoler termina com um apelo para continuar a luta contra o racismo em face da “sofisticada política cultural da Nova Direita que nega tão ferozmente” a sua realidade.

¹⁵Abstenho-me de citar estudos específicos para evitar o aparecimento de argumentação *ad hominem*; o leitor interessado pode examinar a gama de estudos publicados nos últimos dez anos e descobrir imediatamente quais se encaixam nesse padrão (uma exceção de sinal é George Reid Andrews, *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*, Madison, University of Wisconsin Press, 1991). Também seria fácil mostrar que as mudanças tonais nas representações acadêmicas das “relações raciais” brasileiras refletem as oscilações nas atitudes dos intelectuais afro-americanos em relação ao Brasil ao longo do século XX (conforme documentado por David J. Hellwig, *African-American Reflections on Brazilian Racial Paradise*, Philadelphia, Temple University Press, 1992).

Por obedecer a lógica do julgamento, a sociologia da “raça” é predominantemente orientada para o grupo e não para o problema. Ela se concentra em documentar a trajetória, a condição e as experiências de um ou vários grupos sociais, de acordo com o desejo de mostrar como esta ou aquela categoria foi/é oprimida, reprimida e/ou ativamente engajada em uma resistência valente. Ao fazê-lo, normalmente dá como certa a existência desses grupos como tais e perde o processo dinâmico pelo qual eles foram fabricados às custas de um trabalho complexo de formação de grupos, que inscreveu fronteiras étnico-raciais na objetividade do espaço social e na subjetividade do espaço mental.

Essa mesma tendência também restringe a atenção às relações inter-raciais em detrimento das diferenciações intra-raciais, à exclusão quase total do estudo de práticas, crenças e instituições raciais entre categorias subordinadas.¹⁶ Isso impede uma compreensão adequada do impacto diferencial da imposição racial sobre a psicologia coletiva dos dominados e da ambivalência sociológica sufocativa característica da posição e das disposições dos agrupamentos intermediários. É como se revelar que as categorias subjungadas também têm suas próprias distinções étnico-raciais as manchasse e enfraquecesse a crítica à dominação racial. Essa tendência é particularmente pronunciada hoje devido à revivescência de epistemologias populistas que conferem, por princípio, um *status cognitivo* privilegiado às supostas preocupações e pontos de vistas do subordinado.

A lógica do julgamento tem como premissa em boa parte a sabedoria aceita de que o “racismo” é no todo o produto da expansão colonial ocidental fabricada por “brancos” para inferiorizar “pessoas de cor”.¹⁷ Este não é o lugar para sujeitar essa visão estranhamente eurocêntrica a uma crítica sistemática, exceto para observar que ela não se enquadra em três fatos que uma teoria adequada de dominação racial deve eventualmente abranger. A primeira é que, embora a história da “raça” se correlacione intimamente com a do imperialismo ocidental, ela não é totalmente

¹⁶Uma demonstração da fecundidade dessa abordagem é R. Douglas Cope, The Limits of Racial Domination: Plebeian Society in Colonial Mexico City, 1660-1772 (Madison: University of Wisconsin Press, 1994).

¹⁷Aqui vemos novamente como a atração da lógica do julgamento é reforçada pela ausência de uma fronteira clara entre o senso comum e a análise sociológica – ou, para ser mais preciso, a ampla interseção entre o senso comum leigo e o acadêmico.

contígua nem redutível a este último. A expansão colonial acelerou e ampliou o impulso de categorizar em supostas bases biológicas, mas não o iniciou nem o conteve totalmente. Em segundo lugar, o “racismo” não é direcionado apenas a “pessoas de cor” (a menos que se defina como tal qualquer coletivo que venha a ser racializado, mas então entramos na província da tautologia). Os primeiros grupos a serem “racializados” pela Europa não foram populações colonizadas, mas os “Outros do Interior”: judeus, camponeses, trabalhadores, nacionalidades rivais e recalcitrantes dentro de estados nascentes, e isso bem antes do florescimento do imperialismo.¹⁸

O terceiro fato anômalo com a equação direta de “racismo” com colonialismo ocidental é a existência de tradições raciais de longa data em sociedades não ocidentais. Para dar apenas um exemplo, uma rica tradição sincrética de pensamento racial desempenhou um papel fundamental na formação da consciência nacional e da sociedade na China moderna.¹⁹ Misturando categorias confusianas locais (enraizadas no dualismo entre um centro civilizado e uma periferia “bárbara”) com conceitos ocidentais de tipo físico, essa tradição retratou os chineses Han como um agrupamento biológico distinto descendente do mítico Imperador Amarelo. Ele ancorou uma visão rígida de uma hierarquia racial planetária com “amarelo” e “branco” no topo e “preto, vermelho e marrom” na parte inferior e transformou a eugenia em um instrumento proeminente de renascimento nacional, desde a derrubada da dinastia Manchu em 1911 até que o discurso racial foi oficialmente proibido pelo novo regime comunista.²⁰

¹⁸Robert Miles, “*The Civilisation and Racialisation of the Interior*,” in *Racism After “Race Relations”*, London, Routledge, 1993, pp. 80-105. Hugh MacDougall relata a racialização de saxões e normandos durante o confronto entre a monarquia normanda e o campesinato e parlamento saxões no início da Inglaterra moderna em *Racial Myths in English History: Trojans, Teutons, and Anglo-Saxons* (Montreal, Harvest, 1982).

¹⁹Frank Dikötter, *The Discourse of Race in Modern China*, Stanford, Stanford University Press, 1992; sobre outras tradições raciais asiáticas, ver John Price, “*A History of the Outcaste: Untouchability in Japan*,” in George DeVos and Hiroshi Wagatsuma (eds.), *Japan’s Invisible Race: Caste in Culture and Personality*, Berkeley, University of California Press, 1966, pp. 6-30; Hiroshi Wagatsuma, “*The Social Perception of Skin Color in Japan*,” in John Hope Franklin (ed.), *Color and Race*, Boston, Houghton Mifflin, 1968, pp. 129-165; and Jean-François Sabouret, *L’autre Japon: les burakumin*, Paris, Maspéro, 1983.

²⁰As crenças chinesas sobre a descontinuidade física humana e a desigualdade são particularmente interessantes porque consideravam o tom de pele uma característica impermanente passível de mudar com a exposição ao frio e ao calor, com o resultado de que “a branura como fator de diferenciação racial foi descartada como um mito” (Dikötter, *The Discourse of Race in Modern*

Todas essas razões tornam urgente reafirmar que realizar uma análise sociológica não é conduzir um julgamento. O objetivo da investigação sócio-histórica não é estabelecer a culpa e atribuir a culpa por fatos sociais intragáveis, mas decompô-los em seus componentes constituintes, de modo a descobrir os mecanismos sociais e simbólicos que os produzem, reproduzem ou transformam ao longo do tempo e através do espaço. O seu objetivo final é explicar e entender, não criticar ou desculpar, difamar ou celebrar. Em seu conhecido ensaio de 1904 sobre “Objetividade em Ciências Sociais e Política Social” (*Objectivity in Social Science and Social Policy*), Max Weber escreveu:²¹

Há, e sempre haverá, uma distinção intransponível entre (1) aqueles argumentos que apelam para nossa capacidade de nos entusiasmarmos e nosso sentimento por objetivos práticos concretos ou formas e valores culturais, (2) aqueles argumentos em que, uma vez que se trata da validade das normas éticas, o apelo é dirigido à nossa consciência, e, finalmente, (3) aqueles argumentos que apelam para nossa capacidade e necessidade de ordenar analiticamente a realidade empírica de uma maneira que reivindique validade como verdade empírica.

Em nosso momento marcado pela profusão de cepas de subjetivismo epistemológico e irracionalismo (muitas vezes autodenominado pelo nome de “pós-modernismo”), é particularmente importante reafirmar o imperativo analítico.

Além do discurso

Retornar as nossas ferramentas conceituais de volta para as próprias operações pelas quais o conhecimento de “raça” é produzido, empacotado e disseminado pode ajudar a reforçar e atender a esse imperativo analítico e, da mesma forma, diminuir o teor emocional e ético da sociologia das ordens raciais.

China, p. 136). Sob o ímpeto do movimento da Nova Cultura, o ideal do Ocidente e a disseminação da imprensa depois, durante a primeira República, o pensamento racial chinês passou a basear suas taxonomias primeiro na pureza do sangue (em um esforço para salvar o sinocentrismo), depois no cabelo (a pilosidade está associada à bestialidade), odor (cada “raça” com seu próprio cheiro distinto), e tamanho do cérebro (convenientemente recalculado como “capacidade craniana relativa” para colocar os chineses no topo). Por último, e menos confiável, veio a cor da pele, admitindo dez tons, com amarelo puro reservado para os chineses.

²¹Max Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, New York, Free Press, 1949, p. 58.

Mas, ao atendermos ao “complicado campo epistemológico” que o “racismo” alimenta e se baseia (p. 46), devemos tomar cuidado com a redução solipsista do “racismo” aos discursos de “raça”. O problema aqui não é com a teoria das formações discursivas de Foucault. Pode-se admitir que “em toda sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e realocada por um número definido de procedimentos, cujo papel é evocar os poderes e perigos do discurso, dominar a sua atualização aleatória, eliminar a materialidade pesada e redundável”; e que o racismo, como outros discursos, está sujeito a “procedimentos externos” de exclusão e “procedimentos internos” de rarefação e apropriação²² que explicam seu polimorfismo e sua liga peculiar de fixidez e mobilidade. O problema é com as limitações embutidas da noção de discurso e sua aplicação à sociedade e à história.

Não obstante os pronunciamentos em contrário de nossos autoproclamados profetas da pós-modernidade, a realidade social não é um texto e a “raça” não é (apenas) um “sistema de dispersão de enunciados” – uma das muitas e mutáveis definições de discurso de Foucault. Na verdade, é precisamente porque não vive apenas no e através do discurso que a “raça” se mostrou tão resiliente, difundida e escorregadia. Onde quer que se torne um princípio operante de visão e divisão social, a “raça” reside em toda a gama de formas assumidas pela ação social: em categorias, taxonomias e teorias, mas também nas distribuições objetivas de posições e poderes que compõem as instituições e, por último, mas não menos importante, em corpos humanos moldados e habitados pelas diferenciações que estipula. “Raça” é uma ficção que se tornou real por um prolongado trabalho histórico de construção do espaço social e do espaço mental, que estabeleceu uma cumplicidade entre coisas e mentes configuradas de forma semelhante, história objetivada e história corporificada.²³

²²Michel Foucault, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard, 1971, p. 11.

²³Pierre Bourdieu, “Le mort saisit le vif: les relations entre l'*histoire incorporée* et l'*histoire réifiée*,” *Actes de la recherche en sciences sociales*, 32-33, April-June 1980, pp. 3-14; idem, “Social Space and Symbolic Power,” *Sociological Theory*, 7-1, June 1989, pp. 18-26, and *Méditations pascaliennes*, passim (Paris, Editions du Seuil, forthcoming); tentei em outro lugar aplicar esses princípios ao “*The Puzzle of Race and Class in American Society and Social Science*” (*Benjamin E. Mays Monographs*, 2-1, Fall 1989, pp. 7-20).

Por ignorar práticas e instituições não discursivas, “Histórias Raciais e seus Regimes de Verdade” (*Racial Histories and their Regimes of Truth*) sofre da tendência – típica dos relatos estruturalistas, incluindo aqueles que se disfarçam na terminologia do pós-estruturalismo – de autonomizar o discurso e dotá-lo da capacidade de “agir” por seus próprios impulsos, isto é, de produzir uma realidade em conformidade com ela mesma. Considere como, no texto de Stoler, os “discursos raciais se atrelam a novas visões e projetos”, “aproveitam diferentes elementos de discursos anteriores”, “recuperam e inventam legados passados” e “produzem novas relações de poder e conhecimento” aparentemente por si mesmos (pp. 22, 25, 32, 38). Os “princípios epistêmicos” que subscrevem nossas histórias de “racismo”, o que podemos chamar de nosso *racial épistémè* (episteme racial), ameaçam se transformar em um racial *deus ex machina* (Deus surgiu da máquina) que move pensadores, escritores e pessoas comuns como sucata humana em um campo de força magnética e cuja agência invisível pode ser invocada à vontade para explicar qualquer aspecto da realidade histórica. E quando os discursos se tornam atores do palco histórico, a análise social tende a cair na argumentação funcionalista, embora de tipo não teleológico.²⁴

Mas as condições de possibilidades que compõem um *épistémè* (episteme) não garantem a sua efetividade. Assim como as “condições de felicidade” dos enunciados performativos são fatores institucionais que residem fora da linguagem, os discursos não contêm em si os mecanismos sociais que os conferem de potência. A suposição mais limitante do programa de pesquisa de Stoler, então, é que podemos elucidar o “racismo” examinando e sondando seu discurso, como se alguma conexão transparente, estável e imediatamente elucidável fosse obtida entre instanciações discursivas de “raça” e os sistemas de práticas e organizações concretas por meio das quais ele se materializa.

Uma omissão intrigante no relato de Stoler sobre “regimes raciais de verdade”, dados seus próprios interesses historiográficos, é a produção do corpo racialmente conformado – o que em outros lugares ela apropriadamente chama de “a educação do desejo” (Ann Stoler, *Race and the Education of Desire: Foucault's “History of Sexuality” and the Colonial Order of Things*, Durham, Duke University Press, 1995).

²⁴Veja Neil Brenner, “Foucault's New Functionalism,” *Theory and Society*, 23-5, October 1994, pp. 679-710.

Basear-se em um aspecto diferente do trabalho multiforme de Foucault pode nos ajudar a evitar esse impasse. Assim como Saussure alertou contra a extração abusiva da linguagem para outras instituições sociais, Michel Foucault veio, em seu período “pós-epistemológico”, a reconhecer que o estudo do discurso não pode ser o alfa e o ômega de uma história do presente: “A história que nos carrega e nos determina tem a forma de uma guerra e não a da linguagem: relações de poder, não relações de significado”, são determinantes do que somos e de quem nos tornamos. Em uma apresentação retrospectiva de seu trabalho, publicada em 1984, sob um nome falso na qual ele apresenta a definição de “jogos de verdade”, apresentados acima como epígrama, Foucault é ainda mais explícito:²⁵

São as “práticas”, entendidas tanto como modo de ser quanto como modo de pensar, que nos dão a chave para a inteligibilidade da constituição correlativa do sujeito e do objeto.

Se “raça” é uma maneira de dividir e classificar os seres humanos por referência a propriedades corpóreas selecionadas (reais ou imputadas) de modo a subordiná-las, excluí-las e explorá-las, então devemos estudar essas práticas de divisão e as instituições que tanto sustentam quanto resultam delas. Temos que elucidar as várias formas e os mecanismos de “governo” racial no “sentido amplo de técnicas e procedimentos destinados a direcionar a conduta das pessoas”²⁶ de uma maneira que a ficção coletiva da separação racial seja atualizada. Assim, não é o discurso racial, mas esse “conjunto inteiro de novas tecnologias” que Stoler menciona apenas de passagem (p. 21), que deve estar no epicentro de nosso exame da constituição (no sentido ativo de estabelecer) da ordem racial.

²⁵Respectivamente, Michel Foucault, *Power/Knowledge*, New York, Pantheon, 1980, p. 114; and Michel Foucault (published under the pseudonym Maurice Florence), “Foucault”, in D. Huisman (ed.), *Dictionnaire des philosophes*, Paris, PUF, 1984, Vol. 1, reprinted in *Dits et écrits*, vol. 4, p. 635.

²⁶Michel Foucault, “*Du gouvernement des vivants*” in *Résumé des cours, 1970-1982*, Paris, Juillard, 1989, p. 123.

Abandonar o racismo: rumo a uma analítica da dominação racial

Não podemos confiar na categoria de racismo para apreender as modalidades pelas quais a “objetificação” e a “subjetivação” conjuntas da “raça” são efetuadas. Quando entrou em vigor pela primeira vez na década de 1930, “racismo” tinha um significado bastante preciso: uma doutrina de superioridade racial e as teorias pseudocientíficas invocadas para apoiá-la (que Stephen Jay Gould encapsula perfeitamente como “determinismo biológico”). Mas desde essa formulação inicial, o termo sofreu uma inflação conceitual desenfreada²⁷ que seguiu, nos últimos anos, a aceleração da decomposição semântica, a ponto de deixar de desempenhar um papel analítico e até político útil.

Na erudição contemporânea, o “racismo” é empregado indiscriminadamente para representar preconceitos e afetos individuais, crenças e representações coletivas, imagens e discursos, padrões de comportamento e modos de interação, resultados organizacionais e configurações espaciais, ideologias de grupo e políticas estatais e até mesmo macrossistemas inteiros de desigualdade e controle étnico-racial. No artigo de Stoler, o racismo designa, por sua vez, uma “formação discursiva”, conhecimentos e crenças, um “conjunto de práticas sociais” e um conjunto de “relações de poder”. Esses usos confundem questões de intenção, causa e consequência; eles colapsam os níveis de análise; e convidam à fusão contínua das dimensões cognitivas, conativas e morais da “raça”.²⁸

Uma degeneração semelhante da noção de “racismo” ocorreu na vida social e política. No Brasil, ativistas afro-brasileiros que se esforçam para colocar a discriminação de cor na agenda pública são acusados de serem racistas por brasileiros “brancos” e não brancos que desejam manter a tradição nacional de “preconceito contra o preconceito”. Nos Estados Unidos, proponentes e oponentes da ação afirmativa lançam os mesmos epítetos uns contra os outros e citam os mesmos escritos de Martin Luther King para justificar as suas posições opostas. Na França, funcionários de habitação pública que buscavam evitar a concentração

²⁷Um resumo histórico-analítico compacto desse processo está em Robert Miles, *Racism*, London, Routledge, 1989, pp. 41-68.

²⁸Ilustrações de tal confusão abundam em Steven Gregory and Roger Sanjek (eds.), *Race*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1995.

de estrangeiros em certos edifícios foram recentemente condenados por discriminação pelos tribunais, assim como organizações de direitos humanos os elogiaram por combater o racismo. Em todos os lugares, a retórica do antirracismo está sendo voltada contra seus defensores pelos defensores do *status quo* étnico-racial e de um retorno a um estágio mítico “original” de homogeneidade étnico-racial.

Longe de resolver o problema incômodo do(s) referente(s) indescritível(is) do racismo, pluralizar a noção, como Stoler faz na esteira de Paul Gilroy e outros, apenas agrava a dificuldade, pois multiplica possíveis “desvios errados” e aumenta o risco de deslizamento analítico. “Reconhecer que não há um objeto único, mas uma pluralidade de racismos” (p. 3) pressupõe que a categoria de racismo retenha uma coerência mínima quando isso não for mais o caso. Wittgenstein aconselha em seu Vermischte Bemerkungen que “às vezes uma expressão tem que ser retirada da linguagem e enviada para limpeza”.²⁹ É o caso hoje do racismo: chegou a hora de retirá-lo do arsenal das ciências sociais.

No lugar da categoria incipiente e excessivamente maleável do racismo, proponho que contornemos as questões de origem e abandonemos a busca por um único conceito abrangente para desenvolver uma analítica da dominação racial, ou seja, um conjunto parcimonioso de categorias destinadas a anatomizar as diversas maneiras pelas quais o governo étnico-racial é exercido. Sugiro que qualquer situação, estrutura ou evento racial possam ser divididos em uma concatenação complexa e dinâmica de cinco formas elementares de dominação racial, que são os blocos de construção dos quais são feitas as paredes da divisão étnico-racial. Abrangendo o espectro de formas sociais, desde cognição e interação até espaço e instituições, são elas: categorização (incluindo classificação, preconceito e estigma), discriminação (tratamento diferenciado com base na pertença a um grupo imputado), segregação (separação de grupo no espaço físico e social), guetização (o desenvolvimento forçado de estruturas sociais e organizacionais paralelas) e violência racial (variando de intimidação e agressão interpessoal, a linchamentos, tumultos e “pogroms”, e culminando com guerra racial e extermínio).

²⁹Ludwig Wittgenstein, Vermischte Bemerkungen, Frankfurt, Suhrkamp Verlag, 1977, p. 39.

Esses mecanismos básicos de subordinação étnico-racial entram em combinações móveis em diferentes sociedades e durante diferentes períodos dentro da mesma sociedade, de modo que em qualquer ponto, cada grupo é confrontado com um perfil particular de dominação racial. Esses perfis, por sua vez, tendem a ficar presos a sistemas de governo racial dotados de sua própria coerência, lógica e inércia internas.³⁰ Explicar uma dada formação racial, então, requer que a decomponhamos em seus mecanismos constituintes e descubramos as ligações entre eles. Tais ligações, por exemplo, entre estigma e segregação ou entre expressões idiomáticas de exclusão e práticas discriminatórias, devem ser analisadas empiricamente e reconstruídas analiticamente: elas não podem ser assumidas e nem apreendidas no nível do discurso. De fato, ao diferenciar adequadamente suas formas interligadas, descobriremos que a “mobilidade tática” é uma propriedade não do discurso racial, mas de todo o complexo de relações e tecnologias por meio das quais a dominação racial opera.

Para concluir, concordo com Ann Laura Stoler que precisamos de histórias reflexivas do “discurso racial” que abracem os intrincados entrelaçamentos de conhecimentos leigos e acadêmicos e desenterrem as premissas epistemológicas e sociopolíticas subterrâneas que governam sua produção, sua circulação e seu consumo, mas precisamos de muito mais do que isso. Precisamos forjar uma análise da dominação racial capaz de capturar a maleabilidade e a obstinação simultâneas das divisões raciais, juntamente com a diversidade de mecanismos simbólicos e materiais pelos quais elas são desenhadas, aplicadas e desafiadas. Para isso, devemos descartar a noção de “racismo” e seu viés logocêntrico, demarcar claramente as categorias sociológicas do senso comum étnico-racial e renunciar ao desejo de denunciar alimentado pela lógica do julgamento.

Fiel ao seu inspirador e, no entanto, indo além dele, Ann Laura Stoler cumpriu o papel do intelectual foucaultiano, que é “trabalhar para que os outros

³⁰Um excelente estudo da natureza sistêmica da dominação racial e sua fundamentação material, distinta de sua encarnação discursiva, é Stanley B. Greenberg's *Race and State in Capitalist Development: Comparative Perspectives*, New Haven, Yale University Press, 1980.

não tenham uma consciência tão boa”.³¹ Agora, cabe a nós transformar a má consciência em boa erudição, em vez do contrário.

Informações complementares

Traduzido por: Renata Dermenjian - redeme@gmail.com.

Revisão Técnica de: Fabio Monteiro de Moraes. Mestre (UFAL) e doutorando (UFPE) em Sociologia. Revisor Técnico de Tradução e colaborador da Latitude - fabiocienciassociais@gmail.com.

Como referenciar este artigo

WACQUANT, Loïc. Para uma analítica da Dominação Racial. **Latitude**, Maceió, v.19, p. 01-19, 2025. Disponível em: URL do artigo. Acesso em: dia mês abreviado ano.

³¹Michel Foucault, “*L'intellectuel et les pouvoirs*” (1981), in *Dits et écrits*, Paris, Editions Gallimard, 1994, vol. IV, p. 749.